

III – EVOLUÇÃO DE INDICADORES MACROECONÓMICOS

3.1. – Considerações Gerais

A Lei n.º 12/2005, de 23 de Dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2006, refere, no seu preâmbulo, que aquele “visa garantir a prossecução da política económica e social do Governo, de modo a proporcionar um ambiente económico num quadro de estabilidade macro-económica e a implementação de uma política fiscal sustentável que permita a elevação da qualidade de vida da população”.

No presente capítulo é analisada a evolução da arrecadação de receitas, bem como a execução de despesas, face ao Produto Interno Bruto (PIB) e em termos reais, no período de 2001-2006, apresentando-se, igualmente, o resultado de cada exercício.

3.2. - Evolução da Receita face ao PIB

O PIB nominal cresceu, no período dos seis anos em análise, a taxas anuais que variaram entre 33,6%, a mais elevada, em 2003, e 14,5%, a menor, em 2005, conforme se pode observar no Quadro n.º III.1, apresentado mais adiante. Neste exercício, a taxa de crescimento daquele indicador foi de 22,9%, cerca de 8,4 pontos percentuais a mais, comparativamente ao exercício transacto.

A participação da Receita Interna no PIB tem estado a crescer desde 2004, passando de 11,6% para 14,4% no exercício em análise. Este incremento foi devido ao aumento, na participação, das Receitas Fiscais e Receitas Não Fiscais. No que toca a este indicador, o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II) fixou as metas de 14%, para 2005, e 16,2%, para 2009.

Quanto à receita corrente, a sua participação no PIB variou, no sexénio, de 12,4%, em 2001, para 13,7%, em 2006, tendo registado 13,3%, em 2002, 12,8%, em 2003, 11,6% em 2004 e 12,6%, em 2005. No exercício em análise, comparativamente ao anterior, houve um aumento de 1,1 pontos percentuais.

Relativamente à estrutura dos impostos, é de referir que ela foi alterada em 2003, com a entrada em vigor dos Impostos Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas e Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares. O tributo sobre os combustíveis, que foi um imposto até 2002, passou a constituir uma taxa, classificada no grupo de Outros Impostos.

Apresenta-se, a seguir, no Quadro n.º III.1, a Evolução da Receita Interna face ao PIB, no período de 2001 a 2006.

Quadro n.º III.1 - Evolução da Receita Face ao PIB

(Em milhões de Meticais)

Designação	2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
1.Receitas Correntes	9.130,0	12,4	11.357,2	13,3	14.578,4	12,8	15.942,5	11,6	19.818,1	12,6	26.579,4	13,7
1.1. Receitas Fiscais	8.499,1	11,5	10.481,5	12,3	13.627,1	12,0	13.876,4	10,1	16.795,5	10,7	22.142,0	11,5
1.1.1. Imp. Sobre o Rendimento	1.519,1	2,1	2.120,7	2,5	2.412,8	2,1	3.428,2	2,5	4.430,8	2,8	6.351,4	3,3
Contribuição Industrial	542,1	0,7	708,6	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Imp. Sobre o Rendimento de Trabalho	877,2	1,2	1.300,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Imp. Sobre o Rendim. Pessoas Col.					664,6	0,6	1.021,1	0,7	1.492,5	0,9	2.535,5	1,3
Imp. Sobre o Rendim. Pessoas Sing.					1.726,8	1,5	2.382,2	1,7	2.908,9	1,8	3.784,4	2,0
Imposto Complementar	80,7	0,1	91,6	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Imposto Especial Sobre o Jogo	19,1	0,0	20,5	0,0	21,4	0,0	24,9	0,0	29,4	0,0	31,5	0,0
1.1.2 Imp. Sobre Bens e Serviços	6.646,8	9,0	8.016,1	9,4	8.757,6	7,7	9.238,7	6,7	11.199,1	7,1	14.490,0	7,5
Imp.Cons. De Produto Nacional	522,9	0,7	635,0	0,7	721,4	0,6	787,2	0,6	983,9	0,6	1.122,2	0,6
Imp. Cons. Produtos Importados	250,5	0,3	316,6	0,4	407,3	0,4	484,5	0,4	569,4	0,4	696,4	0,4
Imposto sobre o Combustível	824,3	1,1	864,8	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Imp. Sobre o Comercio Externo	1.476,6	2,0	1.851,2	2,2	2.228,9	2,0	2.222,5	1,6	2.816,4	1,8	3.286,4	1,7
Imposto Sobre Valor Acrescentado	3.572,5	4,8	4.348,5	5,1	5.400,0	4,7	5.744,5	4,2	6.829,4	4,3	9.385,0	4,9
1.1.3 Outros Impostos	333,2	0,5	344,7	0,4	2.456,7	2,2	1.209,5	0,9	1.165,6	0,7	1.300,6	0,7
Imposto do Selo		0,0		0,0	173,1		204,2	0,1	285,9	0,2	214,2	0,1
Taxa sobre os Combustíveis					1.304,7	1,1	651,0	0,5	569,4	0,4	563,2	0,3
Impostos Directos e Indirectos					774,0	0,7	29,2	0,0	50,0	0,0	53,3	0,0
Extintos					204,9	0,2	325,1	0,2	260,3	0,2	469,9	0,2
Outros												
1.2. Receitas Não Fiscais	299,9	0,4	529,7	0,6	741,2	0,7	671,2	0,5	1.496,0	1,0	2.670,0	1,4
1.4. Receitas Próprias									707,0	0,4	1.612,3	0,8
1.3. Receitas Consignadas	331,0	0,4	346,0	0,4	210,1	0,2	1.394,9	1,0	1.526,6	1,0	1.767,4	0,9
2. Receitas de Capital	340,8	0,5	6,5	0,0	0,5	0,0	34,9	0,0	1.123,7	0,7	1.214,5	0,6
TOTAL	9.470,8	12,8	11.363,7	13,3	14.578,9	12,8	15.977,4	11,6	20.941,8	13,3	27.793,9	14,4

Fonte: Conta Geral do Estado (2001-2006)

PIB	2001	2002	2003	2004	2005	2006
		73.890,0	85.206,0	113.811,0	137.425,0	157.345,0
Crescimento		15,3	33,6	20,7	14,5	22,9

Analisando a participação das receitas no PIB, por grupos de impostos, constata-se que os Impostos sobre Bens e Serviços foram os que tiveram maior participação, com 7,5%, seguidos dos Impostos Sobre o Rendimento, com 3,3%; os Outros Impostos registaram 0,7%. A participação no PIB dos Impostos Sobre o Rendimento foi de 2,1%, em 2001, 2,5%, em 2002, e se situou, no exercício de 2006, em 3,3%, o nível mais elevado de todo o período considerado.

Refira-se que, da participação das receitas no PIB, a dos Impostos Sobre Bens e Serviços decresceu de 9% em 2001, para 6,7%, em 2004, tendo registado um aumento nos anos subsequentes, atingindo 7,5%, em 2006, mais 0,4 pontos percentuais em relação a 2005. Este facto deveu-se ao aumento da arrecadação do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA), cuja participação no PIB foi maior, no presente exercício.

O grupo de Outros Impostos aumentou a sua participação em quase 2 pontos percentuais, em 2003, devido à inclusão, nesta rubrica, da Taxa sobre os Combustíveis. Em cumprimento do disposto no artigo 6 do Regulamento da Taxa sobre os Combustíveis, aprovado pelo Decreto n.º 56/2003, de 24 de Dezembro, que estabelece a consignação de parte da arrecadação desta taxa, o total cobrado, de 1.828,6 milhões de Meticais, foi desdobrado em duas partes, sendo a primeira, a não consignada, de 563,2 milhões de Meticais, registada na Taxa sobre os Combustíveis e a segunda, contabilizada em Receitas Consignadas, no valor de 1.265,4 milhões de Meticais. Como corolário, a participação dos Outros Impostos no PIB, que era de 2,2%, em 2003, decresceu para 0,7%, em 2006.

Por seu turno, a participação das Receitas Consignadas no PIB diminuiu de 1%, em 2005, para 0,9%, em 2006, apesar de a sua arrecadação, em termos absolutos, ter registado um incremento.

As receitas internas cresceram de 9.470,8 milhões de Meticais para 11.363,7 milhões de Meticais, de 2001 para 2002, ou seja, a uma taxa nominal de 20%, cerca de 4,7 pontos percentuais a mais que a variação do PIB, nesse período. Em 2003, passaram para 14.578,9 milhões de Meticais, o que significou uma evolução de 28,3%, taxa de crescimento inferior em relação à do PIB, que foi 33,6%. Em 2004, o seu aumento foi a uma taxa inferior que a do PIB, 9,6% contra 20,7%, para, em 2005 e 2006, voltarem a crescer mais que o PIB, 31% e 32,7% contra 14,5% e 22,9%.

3.3. - Evolução da Receita em Termos Reais

No Quadro n.º III.2 é apresentada a evolução global da receita em termos reais, com valores de referência do ano de 2006.

As receitas correntes tiveram, em 2002, um crescimento de 6,5% e, em 2003, de 13,2%. Em 2004, houve um decréscimo de 3%, para, nos dois anos seguintes, voltar a registar-se um crescimento, de 16% e 18,1%, respectivamente.

Como foi mencionado anteriormente, no ano de 2003, deixaram de existir alguns tributos, que foram substituídos pelos Impostos Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas e Singulares, enquanto a tributação sobre os Combustíveis, que era um imposto, passou a ser uma taxa, como uma receita consignada, alterando-se o seu posicionamento no Quadro n.º III.2.

As Receitas Fiscais tiveram um crescimento de 5,6%, em 2002, 14,6%, em 2003, registando, no ano seguinte, um decréscimo de 9,6% e em 2005 e 2006, novamente, um crescimento, com as taxas de 12,9% e 16,1%, respectivamente.

Analisando a variação dos dois sub-grupos com peso nas Receitas Fiscais, no período de 2003 a 2006, observa-se que nas Receitas Fiscais, o Imposto sobre o Rendimento teve uma variação positiva de 0,3%, em 2003, de 26,1%, em 2004, de 20,6%, em 2005 e de

26,2%, em 2006. O Imposto sobre Bens e Serviços teve decréscimos, em 2003 e 2004, de 3,7% e 6,4%, respectivamente, consequência da passagem, ao sub-grupo de Outros Impostos, da Taxa sobre os Combustíveis. Nos dois anos subsequentes, as taxas de crescimento foram de 13,1% e 13,9%.

Quadro n.º III.2 – Evolução da Receita em Termos Reais (a preços de 2006)

(Em milhões de Meticais)

Designação	2001 (a)	2002 (a)	2003 (a)	2004 (a)	2005 (a)	2006					
1.Receitas Correntes	16.596,8	17.675,9	6,5	20.008,1	13,2	19.414,6	-3,0	22.513,4	16,0	26.579,4	18,1
1.1. Receitas Fiscais	15.449,9	16.313,0	5,6	18.702,5	14,6	16.898,6	-9,6	19.079,7	12,9	22.142,0	16,1
1.1.1. Imposto Sobre Rendimento	2.761,5	3.300,6	19,5	3.311,5	0,3	4.174,8	26,1	5.033,4	20,6	6.351,4	26,2
Contribuição Industrial	985,4	1.102,8		0,0		0,0		0,0		0,0	
Imp. Sobre o Rendim. de Trabalho	1.594,6	2.023,3		0,0		0,0		0,0		0,0	
Imp. Sobre o Rendim. Pessoas Col.	0,0	0,0		912,1		1.243,5		1.695,5		2.535,5	
Imp. Sobre o Rendim. Pessoas Sing.	0,0	0,0		2.369,9		2.901,0		3.304,5		3.784,4	
Imposto Complementar	146,7	142,6		0,0		0,0		0,0		0,0	
Imposto Especial Sobre Jogos	34,7	31,9		29,4		30,3		33,4		31,5	
1.1.2 Imp. Sobre Bens e Serviços	12.082,7	12.475,9	3,3	12.019,4	-3,7	11.250,8	-6,4	12.722,2	13,1	14.490,0	13,9
Imp.Cons. De Produto Nacional	950,5	988,3		990,1		958,6		1.117,7		1.122,2	
Imp. Cons. Produtos Importados	455,4	492,7		559,0		590,0		646,8		696,4	
Imposto sobre os Combustíveis	1.498,4	1.345,9		0,0		0,0		0,0		0,0	
Imp. Sobre Comércio Externo	2.684,2	2.881,1		3.059,1		2.706,5		3.199,4		3.286,4	
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	6.494,2	6.767,8		7.411,2		6.995,6		7.758,2		9.385,0	
Outros Impostos	0,0			0,0		0,0		0,0			
1.1.3 Outros Impostos	605,7	536,5	-11,4	3.371,7	528,5	1.472,9	-56,3	1.324,1	-10,1	1.300,6	-1,8
Imposto do Selo				237,6		248,7		324,8		214,2	
Taxa sobre os Combustíveis				1.790,6		792,8		646,8		563,2	
Impostos Directos e Indirectos				1.062,3		35,6		56,8		53,3	
Outros				281,2		395,9		295,7		469,9	
1.2. Receitas Não Fiscais	545,2	824,4	51,2	1.017,3	23,4	817,4	-19,7	1.699,5	107,9	2.670,0	57,1
1.4. Receitas Consignadas	601,7	538,5	-10,5	288,2	-46,5	1.698,7	489,4	1.734,2	2,1	1.767,4	1,9
2. Receitas de Capital	619,5	10,1	-98,4	0,7	-93,2	42,5	6.093,4	1.276,5	2.903,5	1.214,5	-4,9
TOTAL	17.216,3	17.686,0	2,7	20.008,7	13,1	19.457,1	-2,8	23.789,9	22,3	27.793,9	16,8

Fonte: Conta Geral do Estado (2001-2006)

(a) Valores ajustados utilizando as seguintes taxas de inflação: 16,8% em 2002, 13,4% em 2003, 12,7% em 2004, 7,2% em 2005 e 13,6% em 2006

A arrecadação das Receitas não Fiscais, Receitas Consignadas e Receitas de Capital teve um comportamento oscilante no período dos seis anos em análise, com taxas de aumento e de redução provocadas pela inclusão de algumas receitas, como foi o caso da parte consignada da Taxa sobre os Combustíveis e das Receitas Próprias, contabilizada, a partir de 2005, na rubrica Receitas não Fiscais, ou da exclusão de outras, como foi o caso das de Alienação do Património do Estado, que eram apresentadas nas Receitas de Capital, até 2002, em Outras Receitas Não Fiscais, em 2004 e em 2005 e 2006, de novo em Receitas de Capital.

No grupo de Impostos sobre Bens e Serviços, os Impostos sobre o Comércio Externo e sobre o Valor Acrescentado tiveram um comportamento relativamente estável, com a excepção do ano de 2004, em que ambos os impostos registaram uma redução. No presente exercício, estes impostos tiveram um incremento, atingindo, na mesma ordem, 2,7% e 21%, respectivamente.

3.4. - Evolução da Despesa Face ao PIB

A evolução da despesa em termos do PIB aponta para uma participação anual de 25% em 2006, a mesma de 2003, 26,4%, em 2005, depois de ter sido de 24,4%, em 2004, de 34,8%, em 2002 e de 33,1%, em 2001, como se constata no quadro seguinte.

Quadro n.º III.3 - Evolução da Despesa Face ao PIB

(Em milhões de Meticais)

Código	Designação	2001	% PIB	2002	% PIB	2003	% PIB	2004	% PIB	2005	% PIB	2006	% PIB
1.1	Despesas com o Pessoal	4.945,9	6,7	6.266,2	7,4	7.383,0	6,5	9.120,8	6,6	10.732,5	6,8	12.983,1	6,7
1.2	Bens e Serviços	2.429,2	3,3	2.806,1	3,3	2.898,2	2,5	3.618,4	2,6	4.425,1	2,8	5.773,7	3,0
1.3	Encargos da Dívida	474,4	0,6	1.261,5	1,5	1.354,8	1,2	1.228,3	0,9	1.266,2	0,8	1.391,1	0,7
1.4	Transferências Correntes	2.129,9	2,9	2.696,5	3,2	2.945,2	2,6	3.492,0	2,5	3.833,0	2,4	4.555,0	2,4
1.5	Subsídios	77,3	0,1	131,6	0,2	175,5	0,2	191,5	0,1	221,7	0,1	312,4	0,2
1.6	Outras Despesas Correntes	238,4	0,3	254,5	0,3	394,9	0,3	508,1	0,4	309,3	0,2	698,0	0,4
1.7	Exercícios Findos	43,6	0,1	48,6	0,1	57,7	0,1	118,0	0,1			3,8	0,0
2	Despesas de Capital	67,4	0,1	59,9	0,1	46,4	0,0	57,8	0,0	66,5	0,0	103,0	0,1
Sub-Total D. Correntes		10.406,3	14,1	13.524,9	15,9	15.255,7	13,4	18.334,9	13,3	20.854,3	13,3	25.820,1	13,4
	Financiamento Interno	3.091,2	4	3.313,9	4	3.240,0	3	3.910,9	2,8	5.316,8	3,4	6.542,0	3,4
	Financiamento Externo	7.918,0	11	8.032,0	9	8.362,0	7	7.257,7	5,3	10.739,9	6,8	12.458,4	6,4
Sub-total D. Investimento		11.009,2	14,9	11.345,9	13,3	11.602,0	10,2	11.168,6	8,1	16.056,7	10,2	19.000,4	9,8
3.1.	Operações Activas	2.560,0	3,5	3.755,0	4,4	729,6	0,6	1.125,2	0,8	3.062,9	1,9	2.328,0	1,2
3.2.	Operações Passivas	447,0	0,6	1.019,0	1,2	835,3	0,7	2.931,6	2,1	1.537,8	1,0	1.362,6	0,7
Sub-Total Oper. Financeiras		3.007,0	4,1	4.774,0	5,6	1.564,9	1,4	4.056,8	3,0	4.600,7	2,9	3.690,6	1,9
Total Despesas		24.422,4	33,1	29.644,9	34,8	28.422,6	25,0	33.560,3	24,4	41.511,7	26,4	48.511,1	25,1
Crescimento Anual					21,4		-4,1		18,1		23,7		16,9

Fonte: Conta Geral do Estado (2001-2006)

PIB	2001	2002	2003	2004	2005	2006
	73.890	85.206	113.811	137.425	157.345	193.322
Crescimento		15,3	33,6	20,7	14,5	22,9

A proporção das Despesas Correntes em relação ao PIB, no exercício em análise, é de 13,4%, quase a mesma que em 2005. O ano de 2002 continua sendo o que maior participação teve ao longo do sexénio 2001-2006, com 15,9%.

Na distribuição das diferentes Despesas Correntes, as Despesas com o Pessoal participam com cerca de 50% do total, constituindo, os Bens e Serviços e as Transferências Correntes, a maioria da parte remanescente.

Observa-se, no quadro anterior, que a participação no PIB, das Despesas com o Pessoal manteve-se constante, no período em apreço. Em 2006, essa participação foi de 6,7%. As outras verbas mantiveram praticamente invariável a sua relação com o PIB.

As Despesas de Investimento, que em 2001 tinham sido de 14,9% e de 13,3%, em 2002, tiveram um decréscimo, em 2003 e 2004, de 10,2% e 8,1%, respectivamente. Após ter registado um incremento em 2005 (10,2%), a participação desta componente voltou a diminuir no exercício em análise, passando para 9,8% do PIB. Relativamente às fontes de financiamento do investimento, a interna representou, no sexénio analisado, aproximadamente 1/3 do total executado.

As Operações Activas tiveram uma participação oscilante no período, como corolário das variações significativas nos montantes da execução, destacando-se os anos de 2001 e 2002, com 3,5% e 4,4% do PIB, respectivamente. No presente exercício, a sua participação foi 1,1%, menos 0,8 pontos percentuais em relação a 2005. As Operações Passivas tiveram um comportamento idêntico, com taxas de 0,6% a 2,1%.

Relativamente ao crescimento nominal anual das despesas, comparativamente ao do PIB, verifica-se que o incremento das despesas foi superior ao do PIB, nos anos de 2002 e 2005, revertendo-se a situação em 2003, com uma taxa negativa para as despesas e uma taxa menor à do PIB em 2004 e 2006.

3.5. - Evolução da Despesa em Termos Reais

A despesa total, a preços de referência de 2006, cresceu à taxa de 3,9%, em 2002, seguida duma evolução negativa de 15,5%, em 2003, devido, fundamentalmente, à redução das operações financeiras. Em 2004, voltou a registar um crescimento, com 4,8%, tendo, em 2005, atingido o maior crescimento, com a taxa de 15,4% para, em 2006, ter um acréscimo de, apenas, 2,9%.

As Despesas Correntes cresceram 6,6%, em 2004, 6,1%, em 2005 e 9%, em 2006, depois de terem decrescido, em 2003, a uma taxa de 0,5%; em 2002, fora registada uma variação positiva de 11,3%.

Quadro n.º III.4 – Evolução da Despesa em Termos Reais (a preços de 2006)

(Em milhões de Meticals)

Cód.	Designação	2001 (a)	2002 (a)	%	2003 (a)	%	2004 (a)	%	2005(a)	%	2006	%
1.1	Despesas com o pessoal	8.990,8	9.752,5	8,5	10.132,9	3,9	11.107,2	9,6	12.192,1	9,8	12.983,1	6,5
1.2	Bens e Serviços	4.415,9	4.367,2	-1,1	3.977,6	-8,9	4.406,5	10,8	5.026,9	14,1	5.773,7	14,9
1.3	Encargos da Dívida	862,4	1.963,4	127,7	1.859,4	-5,3	1.495,8	-19,6	1.438,4	-3,8	1.391,1	-3,3
1.4	Transferências Correntes	3.871,8	4.196,7	8,4	4.042,1	-3,7	4.252,5	5,2	4.354,3	2,4	4.555,0	4,6
1.5	Subsídios	140,6	204,8	45,7	240,9	17,6	233,2	-3,2	251,9	8,0	312,4	24,0
1.6	Outras Despesas Correntes	433,4	396,1	-8,6	542,0	36,8	618,8	14,2	351,4	-43,2	698,0	98,7
1.7	Exercícios Findos	79,3	75,6	-4,7	79,2	4,7	143,7	81,5	0,0	-100,0	3,8	
2	Despesas de Capital	122,6	93,3	-23,9	63,6	-31,8	70,4	10,7	75,5	7,3	103,0	36,3
Sub-Total D. Correntes		18.916,8	21.049,7	11,3	20.937,7	-0,5	22.328,1	6,6	23.690,5	6,1	25.820,1	9,0
	Financiamento Interno	5.619,3	5.157,6	-8,2	4.446,7	-13,8	4.762,7	7,1	6.039,9	26,8	6.542,0	8,3
	Financiamento Externo	14.393,6	12.500,7	-13,2	11.476,4	-8,2	8.838,4	-23,0	12.200,5	38,0	12.458,4	2,1
Sub-total D. Investimento		20.012,8	17.658,3	-11,8	15.923,2	-9,8	13.601,0	-14,6	18.240,4	34,1	19.000,4	4,2
3.1.	Operações Activas	4.653,6	5.844,1	25,6	1.001,4	-82,9	1.370,3	36,8	3.479,5	153,9	2.328,0	-33,1
3.2.	Operações Passivas	812,6	1.585,9	95,2	1.146,4	-27,7	3.570,1	211,4	1.746,9	-51,1	1.362,6	-22,0
Sub-Total Operações Financeiras		5.466,2	7.430,1	35,9	2.147,8	-71,1	4.940,3	130,0	5.226,4	5,8	3.690,6	-29,4
Total Despesas		44.395,9	46.138,1	3,9	39.008,6	-15,5	40.869,5	4,8	47.157,3	15,4	48.511,1	2,9

Fonte: Conta Geral do Estado (2000- 2006)

(a) Valores ajustados utilizando as seguintes taxas de inflação: 16,8% em 2002; 13,4% em 2003; 12,7% em 2004, 7,2% em 2005 e 13,6% em 2006

Da análise das diferentes verbas, constata-se que algumas cresceram, como as Despesas com o Pessoal, os Bens e Serviços, as Transferências Correntes, as Outras Despesas Correntes e as Despesas de Capital, enquanto os Encargos da Dívida tiveram uma

redução de 3,3%, em 2006, taxa, no entanto, inferior à do ano anterior, que foi de 3,8%. Os Subsídios, após terem registado um decréscimo em 2003 e 2004, voltaram a subir, atingindo, no presente exercício, 24%, mais 16 pontos percentuais em relação ao ano de 2005.

As Despesas de Investimento, que sofreram reduções, de 2002 a 2004, às taxas de 11,8%, em 2002, 9,8%, em 2003 e 14,6%, em 2004, tiveram uma recuperação em 2005, passando para 34,1%. Em 2006, registaram um crescimento menor, à taxa de 4,2% em relação ao ano anterior.

Por seu turno, as Operações Financeiras, com uma taxa de crescimento de 35,9%, em 2002, sofreram uma quebra, em 2003, de 71,1%, para, em 2004, voltarem a registar um crescimento, com a taxa de 130%. Em 2006, voltaram a decrescer, à taxa de 29,4%, após conhecerem, em 2005, o incremento de 5,8%. Verifica-se, ainda, que as Operações Passivas aumentaram de 812,6 milhões de Meticais, em 2001, para 1.362,6 milhões de Meticais, em 2006, e as Activas diminuíram de 4.653,6 milhões de Meticais para 2.328 milhões de Meticais, no mesmo período.

3.6. Análise da Evolução da Receita e Despesa em Termos Reais

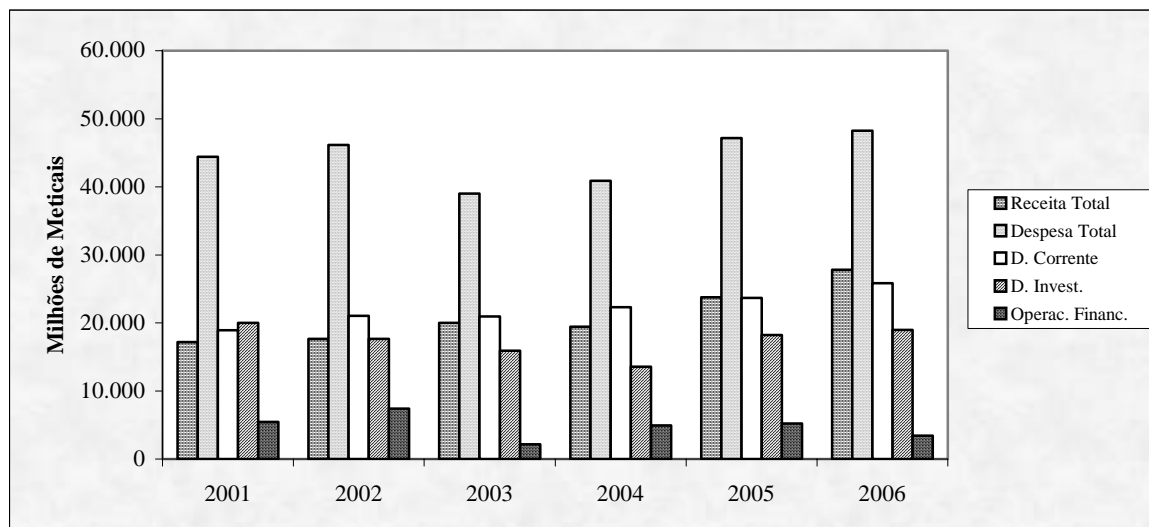
No gráfico seguinte, são apresentadas as receitas e despesas totais, em valores constantes do ano de 2006, bem como as Despesas Correntes, de Investimento e das Operações Financeiras.

De uma maneira geral, tanto a receita como a despesa cresceram, de forma acentuada, particularmente a segunda, com a excepção de 2003, em que ela registou uma redução. Por seu turno, as Operações Financeiras tiveram um comportamento relativamente estável, atingindo o pico no ano de 2002.

Esta tendência de crescimento da despesa, poderá vir a tornar-se incompatível com o objectivo de redução do défice orçamental, provocando necessidades de financiamento acrescidas que poderão culminar com o aumento da dívida do País.

Da análise da evolução das duas componentes da despesa (correntes e de investimento), constata-se que os valores da componente corrente, no sexénio, foram sempre superiores aos do investimento, à excepção do ano de 2001.

Gráfico n.º III.1 – Receitas e Despesas em Termos Reais



3.7. - Determinação do Resultado do Exercício

O Orçamento é constituído por três partes: a receita, a despesa e o financiamento, incluindo este os donativos e os empréstimos.

Como saídas de fundos, estão as despesas de funcionamento e as de investimento, bem como as operações activas e passivas.

O saldo corrente resulta da diferença entre a receita e a despesa corrente e indica a capacidade de a Administração Pública gerar fundos para financiar as suas despesas de investimento. Como se constata no quadro seguinte, o saldo corrente tem vindo a sofrer redução ao longo do período, apresentando valores negativos, à excepção do exercício em análise que resultou num saldo positivo.

Quadro n.º III.5 – Resultado do Exercício

(Em milhões de Meticais)

Designação	Em valor						Em % do PIB					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Receita Corrente	9.130	11.357	14.578	15.943	19.818	26.579	12,4	13,3	12,8	11,6	12,6	13,7
Despesa Corrente	10.345	13.514	15.256	18.428	20.854	25.820	14,0	15,9	13,4	13,4	13,3	13,4
Saldo Corrente	-1.215	-2.157	-677	-2.485	-1.036	759	-1,6	-2,5	-0,6	-1,8	-0,7	0,4
Receita de Capital	341	7	1	35	1.124	1.215	0,5	0,0	0,0	0,0	0,7	0,6
Reembolso de Empréstimos	229	475	405	136	156	98	0,3	0,6	0,4	0,1	0,1	0,1
Despesa de Investimento	11.039	11.198	11.602	11.169	16.057	19.000	14,9	13,1	10,2	8,1	10,2	9,8
Operações Activas	2.561	3.755	730	1.125	3.063	2.064	3,5	4,4	0,6	0,8	1,9	1,1
Défice antes de donativos	-14.245	-16.628	-12.604	-14.608	-18.876	-18.992	-19,3	-19,5	-11,1	-10,6	-12,0	-9,8
Donativos	10.666	9.214	10.483	8.605	11.892	18.188	14,4	10,8	9,2	6,3	7,6	9,4
Défice após donativos	-3.579	-7.414	-2.121	-6.003	-6.984	-804	-4,8	-8,7	-1,9	-4,4	-4,4	-0,4
Empréstimos Externos	2.667	6.536	5.672	7.015	8.098	8.117	3,6	7,7	5,0	5,1	5,1	4,2
Operações Passivas	311	485	667	2.932	1.538	1.363	0,4	0,6	0,6	2,1	1,0	0,7
Crédito Interno Líquido	-1.223	-1.363	2.884	-1.920	-424	5.950	-1,7	-1,6	2,5	-1,4	-0,3	3,1

Fonte: Conta Geral do Estado (2001-2006)

PIB	2001	2002	2003	2004	2005	2006
	73.890	85.206	113.811	137.425	157.345	193.322

O saldo global antes de donativos é igual à diferença entre o saldo corrente e as receitas de capital somadas aos reembolsos de empréstimos e subtraídas as despesas de investimento e operações activas. Este saldo, que representava 19,3% do PIB, em 2001, passou para 19,5%, em 2002, baixando para 11,1%, em 2003, 10,6%, em 2004, 12%, em 2005, e 9,8%, em 2006, por sinal, a percentagem mais baixa, em termos percentuais do PIB, de todo o período em análise.

O indicador acima reflecte as necessidades de financiamento e de acordo com o PARPA II, ele evoluirá de 10,4% do PIB,¹ em 2005, para 11,6%, em 2009.

O saldo global após donativos resulta da diferença entre o saldo global antes de donativos e os donativos, tendo o mesmo aumentado entre 2001 e 2002, com taxas de 4,8% e 8,7%,

¹ Recursos Externos/PIB, em milhões de contos, 17.446/153.041, em 2005 e 25.793/266.732, em 2009

para inverter essa tendência em 2003, representando 1,9% do PIB. Em 2004 e 2005, este indicador apresenta a taxa de 4,4%. No exercício em apreço, aquele saldo teve a menor taxa no período indicado, de 0,4% do PIB.

O saldo após donativos, quando negativo, deve ser coberto pelos empréstimos após dedução da amortização da dívida externa pública.

É de realçar que de 2002 a 2004, a diminuição verificada nos donativos teve de ser contrabalançada com o aumento substancial do recurso ao financiamento externo, que representou 7,7% do PIB, em 2002, 5,1%, em 2004. No exercício em análise, o financiamento com recurso aos empréstimos externos foi de 4,2% do PIB, menos 0,9 pontos percentuais que no exercício anterior.

No crédito interno líquido estão incluídos os empréstimos internos outorgados ao Estado pelo sistema bancário, corrigidos pela amortização de capital da dívida interna. Em 2006, os empréstimos internos de curto prazo, através da emissão de Bilhetes de Tesouro, foram de 3.100 milhões de Meticais, valor amortizado integralmente nesse ano.

Foram pagos juros, pela dívida interna existente, 916,5 milhões de Meticais, sendo a maior parte deste valor (714,2 milhões de Meticais) relativa às Obrigações de Tesouro.

Em 2004, o Saldo Após Donativos voltou a deteriorar-se, pela diminuição dos donativos recebidos, o que provocou uma necessidade acrescida da procura de empréstimos internos e externos, invertendo-se a situação, em 2006, em que a percentagem dos créditos externos contraídos, em relação ao PIB, diminuiu, ainda que o montante tenha aumentado.

É de mencionar o facto de que o serviço da dívida ultrapassou, em 2006, os níveis anteriores à iniciativa HIPC (Highly Indebted Poor Countries), tendência que pode vir a comprometer as expectativas criadas com a implementação daquela iniciativa.